

TEORIA SOCIAL, COSMOPOLITISMO E A CONSTELAÇÃO PÓS-NACIONAL¹

Sérgio Costa

RESUMO

A constelação pós-nacional caracteriza o contexto contemporâneo, no qual muitos processos sociais deixam de ter nas fronteiras geográficas de um Estado-nação a delimitação de seu escopo e abrangência. Diante dessa dinâmica, as ciências sociais, consolidadas no espaço institucional nacional e tendo os limites territoriais do Estado-nação como unidade analítica privilegiada, enfrentam a necessidade de reformulação de muitas de suas categorias. O artigo discute três propostas recentes de superação do vínculo congênito entre as ciências sociais e as sociedades nacionais: aquelas apresentadas por Jürgen Habermas, Ulrich Beck e pelos estudos pós-coloniais.

Palavras-chave: teoria social contemporânea; globalização; cosmopolitismo.

SUMMARY

Post-national constellations form a significant part of the contemporary international context, as many social processes no longer find their scope and breadth confined to the geographical boundaries of a nation-state. In dealing with these new dynamics, the social sciences must reformulate many of their key categories, as they themselves became consolidated within national institutional spaces and have dedicated much of their attention to the nation-state as a major unit of analysis. This article discusses three recent proposals seeking to break the congenital bond between the social sciences and national societies: those presented by Jürgen Habermas, Ulrich Beck, and by post-colonial studies.

Keywords: Contemporary social theory; globalization; cosmopolitanism.

Somos um sinal, além da interpretação!

Hölderlin

A Alemanha tem de morrer, para que possamos continuar vivendo.

Pichação no bairro de Kreuzberg, Berlim

É difícil imaginar alguma outra época em que a sociologia, em seu século e pouco de existência, tenha vivido situação mais ambivalente. A avaliação quase unânime dos próprios sociólogos é de esgotamento heurístico das categorias sociológicas: só mesmo muito poucos continuam acreditando que noções como classe e diferenciação social ou a distinção entre fatos e representações explicam, de forma minimamente satisfatória, os complexos processos sociais das sociedades contemporâneas. Ao

(1) Versões anteriores deste artigo foram discutidas em seminários na Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Ceará e Universidade Livre de Berlim. Registro meu agradecimento aos participantes desses eventos, em especial a Klaus Giesen, Myrian Santos, Jessé Souza, Ilse Scherer-Warren, Héctor Leis e Helga Dressel, por seus valiosos comentários e sugestões.

mesmo tempo, a sociologia ganha importância e notoriedade social: com a mesma curiosidade e interesse com que lê Salman Rushdie, vê os filmes de Almodóvar ou discute as razões do sucesso da série Harry Potter, o chamado "público educado" na França, Inglaterra ou Alemanha acompanha nos suplementos dos jornais mais importantes os últimos artigos de Bourdieu, Giddens, Bauman, Beck, Habermas. É com ansiedade que os formadores de opinião aguardam o veredicto, a posição e, antes de tudo, os argumentos desses cientistas sociais acerca de questões tão difíceis e diversas como a conveniência da proibição de um partido nazista, as consequências sociais do deciframento do código genético ou soluções justas para o colapso do sistema previdenciário nas sociedades onde vivem tantos idosos.

Não obstante, a popularização da sociologia e sua autoconfessada impotência são fenômenos complementares e oriundos das mesmas causas. Decorrem ambos da complexificação das relações sociais, que torna os conhecimentos existentes insuficientes para reduzir as incertezas e garantir a eficácia das ações empreendidas. Os leigos demandam e os cientistas sociais ofertam — traduzindo em linguagem inteligível — categorias e nomes elaborados para os processos cotidianos. Intimamente, aqueles últimos conhecem o limite de seus conceitos, sem ter, ao contrário do público leigo, quem lhes prometa instrumentos mais acurados.

São muitas as transformações recentes que vêm minando a base de realidade sobre a qual a sociologia, bem como outras disciplinas vinculadas ao campo das ciências sociais, pareciam se apoiar. Entre elas, cabe destaque particular àquilo que se pode designar genericamente como um adensamento dos processos sociais pós-nacionais. Trata-se aqui das variadas evidências empíricas de que o Estado-nação, ainda que permaneça referência fundamental para a dinâmica econômica e social, sofre cada vez mais a concorrência de outras orientações, identidades e lealdades igualmente fundamentais para a configuração dos processos sociais. Ou seja, os contornos geográficos da comunidade nacional já não representam limites adequados para demarcar o raio de abrangência das ações sociais. Como constata Beck, uma parte significativa das pessoas

*compra internacionalmente, pesquisa internacionalmente, cresce e é educada internacionalmente (isto é, de forma multilíngüe), vive e pensa transnacionalmente, ou seja, combinando múltiplas lealdades e identidades em suas vidas*².

As ciências sociais, contudo, pelo menos desde a II Guerra Mundial, se institucionalizaram no espaço nacional, sob a égide das teorias da modernização, estabelecendo uma hierarquia nas formas de configuração social existentes, segundo sua proximidade do padrão de transformação social dos países do Atlântico Norte³. Nesse movimento construíram-se

(2) Beck, Ulrich. "The cosmopolitan perspective: sociology of the second age of modernity". *British Journal of Sociology*, 50(1), 2000, p. 50.

(3) Ver Therborn, Göran. "At the birth of second century of sociology: times of reflexivity, spaces of identity, and modes of knowledge". *British Journal of Sociology*, 50(1), 2000. Vale mencionar a interessante forma como Therborn vê a história das ciências sociais e particularmente da sociologia nos últimos cem anos. Segundo ele, trate-se de Weber ou de Durkheim, a sociologia nasce com vocação universalista, buscando uma perspectiva "civilizatória". Há então uma inflexão para o local, seja por influência dos estudos antropológicos dedicados a comunidades particulares ou da sociologia urbana ou industrial (Escola de Chicago) ocupada com contextos sociais específicos, marcados pela polifonia e pelos contrastes. Após a II Guerra, acompanhando a generalização das políticas públicas nacionais, a sociologia passa a ter sua referência principal no espaço nacional. Recentemente os esforços dos sociólogos se dirigem aos poucos para um quarto campo de referências: a arena global.

categorias analíticas ao lado de métodos e indicadores de graus de modernização que, sempre referidas às fronteiras do Estado nacional, perdem eficácia e sentido normativo no quadro da dinâmica social pós-nacional⁴.

A emergência de tais constelações sociais pós-nacionais situa-se no centro das preocupações de boa parte dos cientistas sociais mais prestigiados no mundo contemporâneo, surgindo aí as propostas mais originais para uma auto-renovação das ciências sociais. O traço comum que une os diferentes projetos de desfazer o vínculo congênito entre ciências sociais e sociedades nacionais é a busca de construção de uma perspectiva epistemológica chamada vagamente de cosmopolita e que, de forma muito geral, procura: i) consonante com a pretensão universalista que marca o advento das ciências sociais, apresentar uma visão abrangente e generalizável dos processos sociais, sem contudo relegar a segundo plano atores minoritários e visões dissidentes; ii) seguindo a tradição dos estudos locais, conferir a devida importância aos contextos efetivos em que se dão as relações sociais, rejeitando ao mesmo tempo a reificação da diferença e do particular, a qual deslegitima *a priori* comparações e analogias; iii) identificar adequadamente a importância das instituições políticas e sociais, sem repetir o evolucionismo que marcou o período da ênfase nacional e modernizadora nas ciências e desembocou na suposição de um caminho único e linear para as transformações sociais.

Apresentam-se a seguir algumas das análises que buscam tomar a sério o quadro das sociedades pós-nacionais, apontando-se, em cada caso, dificuldades e problemas a elas associados. Trata-se dos trabalhos recentes de Jürgen Habermas, do apelo de Ulrich Beck por uma sociologia cosmopolita e da perspectiva epistemológica introduzida pelos estudos pós-coloniais. Mesmo que o entrelaçamento dos diferentes campos da vida social seja evidente e crescente, fato que as contribuições mencionadas enfatizam, estas concentram-se em campos de análise distintos: enquanto para Habermas a política pós-nacional constitui o objeto central, para Beck este é constituído pelos processos sociais, e para os pós-coloniais a cultura é o principal foco de interesse. Tem-se, por certo, um quadro de contribuições com qualidade teórica extremamente diversa e pretensão analítica igualmente heterogênea, mas que apresentam abordagens e ênfases relevantes para construir uma perspectiva de análise apropriada às sociedades contemporâneas.

Jürgen Habermas: normatividade e pós-nacionalidade

Diversos trabalhos recentes atestam a importância conferida por Habermas à "constelação pós-nacional", isto é, à dinâmica social e política caracterizada pela perda de centralidade do Estado-nação e à emergência de novas linhas de conflito envolvendo atores e problemas que não podem

(4) Poder-se-ia aqui objetar que a autocritica da teoria social sobre sua fixação nas fronteiras nacionais não é novidade, pois existe pelo menos desde o início da década de 1970, destacando-se aqui o trabalho pioneiro de Niklas Luhmann (*Soziologische Aufklärung 2*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1975), que postula não haver sociedades no plural, mas uma única sociedade mundial. As autocriticas anteriores da teoria social, contudo, supunham um avanço continuado da diferenciação funcional (ou, dependendo do autor, da reflexividade), enquanto o movimento presente leva em conta a diversidade dos processos de transformação, estabelecendo-se correlações, interações e categorias comparativas efetivas, vale dizer, não aquelas que simplesmente descrevem (e ao fazê-lo prescrevem) a supressão do desconhecido (o tradicional, o não-ocidental) pelo conhecido (o moderno). Ver a esse respeito a crítica esclarecedora de Gerhard Wagner a Luhmann: *Herausforderung Vielfalt. Plädoyer für eine kosmopolitische Soziologie*. Konstanz: Universitätsverlag, 1999.

ser ordenados no âmbito nacional⁵. Ainda que sem o mesmo grau de sistematização e abrangência de trabalhos anteriores, o tratamento da pós-nacionalidade por Habermas apresenta premissas normativas razoavelmente claras, indicando ainda a matriz teórica que as orienta.

Em linhas gerais, as formulações de Habermas acerca da dinâmica pós-nacional orientam-se em sua teoria de dois níveis da sociedade, apresentada no clássico *Teoria da ação comunicativa*, e mais particularmente em sua teoria comunicativa da democracia⁶. Os problemas destacados pelo autor como decorrentes da emergência de uma constelação pós-nacional referem-se, em sua dimensão política, às dificuldades de realização da soberania popular, entendida como efetivação da possibilidade de que uma comunidade política possa agir sobre si mesma (*Selbststeiwirkung*), ou seja, decidir autonomamente sobre as regras que devem regular a vida comum. Mais que desiderato normativo, a concretização da soberania popular, em seu sentido enfático, é apresentada como experiência histórica, realizada no âmbito do Estado-nação europeu no pós-guerra. Nesse contexto teriam se constituído os quatro elementos fundamentais para que a comunidade política pudesse agir sobre si própria⁷: i) a diferenciação de uma esfera especializada na implementação das decisões coletivas de caráter vinculante, isto é, um Estado, no sentido administrativo; ii) a definição das fronteiras da comunidade que atua sobre si própria, isto é, quem são aqueles que compartilham da ordem social regulada pelo direito positivo; iii) a emergência, sob a rubrica da nação, de uma identidade cultural comum que permite que vínculos de solidariedade próprios aos círculos de conhecidos transponham-se para a forma abstrata da solidariedade cívica entre os membros de uma mesma nação; iv) a consolidação de um Estado constitucional democrático que permite que os objetos do direito sejam ao mesmo tempo os sujeitos de sua formulação.

Sob diversos pontos de vista, o processo de globalização teria minado as possibilidades do Estado-nação europeu em seguir cumprindo esses quatro requisitos para a consecução da soberania popular. Por um lado, o acúmulo de fatores extranacionais que geram problemas nas fronteiras nacionais (da transnacionalização da economia ao surgimento de riscos ambientais globais) ameaça a efetividade da ação do Estado em sua dimensão administrativa, isto é, sua capacidade de implementar as decisões tomadas pelos membros da comunidade política nacional. Por outro lado, os organismos intergovernamentais ou não governamentais transnacionais com competência para tratar das situações-problema que extrapolam os limites administrativos nacionais não dispõem das mesmas possibilidades de legitimação conferidas às instituições nacionais.

No que diz respeito à identidade cultural dos membros do Estado-nação, Habermas percebe problemas particularmente graves. O crescimento da imigração e a construção de novas diferenças culturais como resposta à pressão homogeneizadora de uma cultura material mundial teriam ampliado enormemente o leque das formas de vida existentes, fazendo desaparecer os traços culturais comuns dos membros da nação, base da

(5) Ver Habermas, Jürgen. *Die Einbeziehung des Anderen. Studien zur politischen Theorie*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1996; *Die postnationale Konstellation. Politische Essays*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1998, "Der europäische Nationalstaat unter dem Druck der Globalisierung". *Blätter für Deutsche und Internationale Politik*, nº 4/99, 1999, pp. 423-434.

(6) Habermas, Jürgen. *Faktizität und Geltung. Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1992.

(7) Em face da clareza como é construído, resume-se aqui o roteiro da argumentação apresentada no ensaio de Habermas que melhor detalha a análise da "constelação pós-nacional": "Die postnationale Konstellation und die Zukunft der Demokratie". In: *Die postnationale Konstellation*, loc. cit.

solidariedade cívica. Em face de tamanha pluralização cultural⁸ no interior da nação, o autor teme que a força integrativa e vinculante inerente ao próprio processo democrático — o patriotismo constitucional — não seja capaz de restituir os laços de cooperação e as possibilidades de entendimento entre os diferentes membros da comunidade política. Desta forma, seriam necessários novos mecanismos de integração social que acompanhassem o processo de intensificação da integração funcional observado no bojo da globalização. Se se observa historicamente que "a cada novo impulso modernizante abrem-se os mundos da vida compartilhados intersubjetivamente, para [depois] se reorganizarem e novamente se fecharem"⁹, faz-se necessário encontrar novas formas de acomodação social compatíveis com a vertiginosa ampliação de horizontes pessoais e sociais proporcionada pela globalização, sem o que podem ser desencadeadas tendências regressivas ou socialmente disruptivas. Da mesma maneira que a identidade nacional se superpôs, ao longo da história, às lealdades religiosas ou locais, fornecendo uma plataforma para a integração social condizente com o contexto moderno, pós-tradicional e secularizado, seriam necessárias hoje novas possibilidades de constituição de laços de integração e solidariedade social que, extrapolando as fronteiras nacionais, correspondam à dinâmica funcional transnacional¹⁰.

A questão central a ser enfrentada diz respeito, portanto, à matriz de integração social em torno da qual se dará a reacomodação dos impulsos modernizantes da globalização. Em sua resposta, Habermas distingue claramente as dificuldades para a concretização da democracia nos limites do continente europeu e os empecilhos a uma democracia mundial. No caso da Europa, o autor enxerga na própria experiência histórica do Estado-nação e, particularmente, na experiência democrática do pós-guerra o modelo para a construção de novas formas de integração social, de envergadura continental. *Ipsis verbis*:

Quando se considera que nos Estados europeus do século XIX a consciência nacional e a solidariedade cívica só foram produzidas muito lentamente e com a ajuda da historiografia nacional, da comunicação de massa e do serviço militar obrigatório, então não há qualquer razão para pessimismo doutrinário [Defätismus]. Se a tal forma artificial de solidariedade entre estranhos se deve um significativo salto histórico entre níveis de abstração, de uma consciência local e dinástica para uma consciência nacional e democrática, por que esse processo de aprendizado não poderia ter continuidade para além das fronteiras nacionais¹¹?

A expectativa de Habermas, portanto, é que o projeto de formação nacional se estenda para os limites da Europa e que se forme no âmbito do continente, similarmente ao que ocorreu com o sujeito coletivo da nação,

(8) Habermas defende que as dificuldades da pluralização cultural relacionam-se estritamente aos empecilhos à constituição de uma cultura política comum. Para o autor, a defesa da pluralidade das formas de vida continua inegociável; o que ele reclama é "uma unidade da cultura política na diversidade de subculturas" (*Die Einbeziehung des Anderen*, loc. cit., p. 142).

(9) Habermas, "Die postnationale Konstellation...", loc. cit., p. 126.

(10) Ao postular tal necessidade, Habermas busca diferenciar-se tanto das correntes pós-modernas que, "em sua narrativa linear", não enxergam uma nova acomodação política como possível, quanto dos neoliberais, para os quais a integração social não é desejada (ibidem, pp. 133 ss).

(11) Habermas, "Der europäische Nationalstaat...", loc. cit., p. 435, grifo no original.

algo como um povo europeu consciente de sua história comum, a partir da qual se construirão os laços de pertença e a identidade coletiva européia¹². A formação de um tal "substrato cultural" comum não ocorrerá automaticamente, conforme o autor, pela via sistêmica, a partir da integração econômica, ou pela produção de uma Carta Magna européia desenhada na interconexão dos sistemas políticos nacionais. Tal se concretizará com o concurso de um espaço público poroso apoiado em ONGs e meios de comunicação transnacionais e, antes deles, num sistema educacional que habilite os cidadãos ao multilingüismo. Um requisito adicional é a existência de projetos "para uma cultura política comum", os quais constituem "as forças normativas de propulsão que levarão a que esses diversos processos, a partir dos centros nacionais pulverizados, sejam ativados simultaneamente"¹³.

Quando, em contrapartida, trata das possibilidades da democracia no âmbito mundial — vale dizer, para além das fronteiras européias —, Habermas não mais menciona a possibilidade de um substrato cultural compartilhado, entendendo que "à cultura política da sociedade mundial falta a dimensão ético-política necessária à constituição correspondente de uma identidade e de uma comunidade globais"¹⁴. Nesse caso, as possibilidades da democracia devem ser pensadas fora do projeto de um arcabouço de instituições que se adensem na forma de um Estado mundial, ao qual faltaria o terreno cultural para a construção de sua legitimação. Assim, em face da ausência de uma cultura política comum caberia o projeto menos ambicioso de uma política interna mundial (*Weltinnenpolitik*) que, sem necessariamente abolir as estruturas dos Estados-nação, permitiria o tratamento das questões globais a partir de uma perspectiva pós-nacional. Aqui, a legitimação dos procedimentos democráticos não se assentaria, primeiramente, sobre a participação direta ou os processos convencionais de formação da vontade política e implementação de decisões¹⁵. Privilegia-se, no lugar deles, uma concepção deliberativa da política, cujo caráter democrático seria garantido pela transparência e pela acessibilidade das decisões políticas, e não pela possibilidade de intervenção direta nos processos decisórios¹⁶.

É difícil discordar do diagnóstico de Habermas no que diz respeito às implicações sociais e políticas da configuração pós-nacional e à necessidade de novas formas de integração societária capazes de recosturar, numa chave progressista, referências normativas e nexos vinculantes obliterados pelo vigor dos saltos modernizantes recentes. Ao diagnóstico contundente e acurado do autor seguem-se, no entanto, prescrições para a sociedade pós-nacional pouco convincentes, como se a resposta de Habermas aos problemas globais levantados houvesse sido ainda formulada com os recursos da gramática social e política nacional. As dificuldades da proposta são iniludíveis e desdobram-se em direções variadas.

Do ponto de vista histórico, parece insuficiente considerar o processo de construção dos Estados nacionais europeus um êxito político inequívoco, coroado no pós-guerra com a generalização da democracia. O vocabulário filosófico que descreve a ampliação gloriosa dos horizontes existen-

(12) Não se deve confundir a importância atribuída por Habermas à identidade cultural com a atribuição de uma *substância* ético-política imanente à nação. O autor partilha claramente da visão consagrada por Benedict Anderson e generalizada na teoria política de que as nações são "*imagined communities*", construídas historicamente (ver a esse respeito Pensky, Max. "Cosmopolitanism and the solidarity problem: Habermas on national and cultural identities". *Constellations*, 7(1), 2000, pp. 63-79). Implicitamente, contudo, Habermas parece ver na identidade cultural comum o requisito para que uma determinada comunidade política possa negociar, comunicativamente, as regras procedimentais para a auto-regulação da vida coletiva.

(13) Habermas, "Die postnationale Konstellation...", loc. cit., p. 155.

(14) Ibidem, p. 163.

(15) Quando se parte das considerações de Klaus-Gerd Giesen ("La constellation postnationale. Habermas et la seconde modernité". *Les Temps Modernes*, n° 610, 2000), nota-se que é oscilante a posição de Habermas no que concerne à prescindibilidade de um sujeito coletivo ancorado num substrato cultural comum para a construção da democracia mundial. Nas passagens em que ele busca indicar a plausibilidade de um direito cosmopolita, a sociedade civil transnacional parece preencher a lacuna normativa representada pela inexistência, em escala mundial, do conjunto de cidadãos que compartilham de uma cultura política comum: "Habermas vê dentro da sociedade civil mundial o encarnar de toda a esperança que ele deposita na transição para o direito cosmopolita".

(16) Habermas, "Die postnationale Konstellation...", loc. cit., p. 166.

ciais como fenômeno que acompanha a reacomodação das referências e lealdades locais sob a chave nacional ofusca a dinâmica histórica de construção dos Estados-nação. Na maior parte dos casos tal processo se fez com base no subjugo de minorias e na imposição, muitas vezes por meio do uso aberto da violência, de um conjunto arbitrário de manifestações como baluartes de uma cultura nacional. O fim da Guerra Fria mostrou que a construção nacional na Europa, a despeito de sua indiscutível eficácia narrativa e da mobilização eficiente dos símbolos e ícones — culturais mas também bélicos — de nacionalidades homogêneas, longe estava de representar, no plano da integração social e da constituição de vínculos voluntários de pertença, uma auto-evidência empírica¹⁷. Por consequência, deve-se reconhecer que a construção da identidade pós-nacional, a seguir o padrão da formação dos Estados e nações na Europa, como quer Habermas, estará associada a alguma forma de repressão das diferenças culturais que sejam divergentes da identidade européia a ser construída (a plausibilidade de implementação de um tal projeto político nos dias atuais é seguramente discutível) e à construção, no plano narrativo, de uma identidade abrangente, mas fracamente ancorada no seio societário. Ou seja, ao ganho de abstração no padrão identitário corresponde uma perda equivalente de sua concretude normativa.

Do ponto de vista político, o projeto de construção de uma identidade européia é igualmente problemático. Imediatamente uma pergunta se impõe. Quais devem ser precisamente os conteúdos, os mitos, a simbologia, as glórias históricas a serem recuperadas para a conformação de um tal arcabouço identitário? Cada vez mais a Europa Ocidental, apesar de todas as barreiras impostas à entrada de estrangeiros, se transforma num continente de imigrantes, boa parte deles conhecedora da história européia a partir de uma perspectiva muito distinta daquele painel heróico traçado por Habermas e que culmina com a vitória da democracia. Trata-se, em muitos casos, dos descendentes diretos das gerações escravizadas ou exploradas pelos poderes coloniais europeus. Para estes, as glórias do Estado-nação apresentam-se diretamente associadas à memória amarga da humilhação moral, da espoliação econômica e da submissão política. Com muita dificuldade poder-se-ia convencer tais imigrantes e seus descendentes de que não é uma afronta a exigência ou sugestão de que assumam as virtudes históricas do Estado-nação europeu como fundamento da pertença à pátria européia, na qual escolheram se estabelecer ou em que foram levados pelas circunstâncias a viver.

Com efeito, o que caracteriza a constelação pós-nacional é precisamente a inexistência de uma superposição automática entre os processos culturais e sociais e as fronteiras geográficas dentro das quais eles foram tradicionalmente ordenados. Nos limites territoriais de um país ou da Europa convivem múltiplas interpretações das diferentes trajetórias nacionais, dificilmente traduzíveis na imagem de uma identidade cultural européia por mais abstrata que ela seja¹⁸. Assim como o "Oriente" está presente na Europa, a Europa vive fora de suas fronteiras: é bem possível

(17) Ver a respeito Bhabha, Homi. "DissemiNation: time, narrative and the margins of the modern nation". In: Bhabha, Homi (org.). *Nation and narration*. Londres/Nova York: Routledge, 1990, pp. 291-322.

(18) Não se deve esperar que o processo de globalização promova uma melhor integração dos imigrantes e seus descendentes à nova pátria. O acesso fácil à cultura material do país de onde saíram, por intermédio da integração dos meios de transporte e comunicação, fortalece os vínculos com a pátria de origem e a resistência à assunção de novos valores culturais. Na Alemanha, por exemplo, os pedagogos constatam consternados que a terceira geração de turcos imigrados no pós-guerra apresenta maiores dificuldades escolares no aprendizado do alemão que as gerações anteriores, para as quais não havia a possibilidade de ver as telenovelas ou notícias recebidas diretamente de Istambul ("Gefangen im Ghetto". *Die Zeit*, nº 16, 2000).

que aquilo que poderia formar parte de um substrato cultural europeu seja mais facilmente encontrável em certos círculos intelectualizados de São Paulo ou de Maputo que entre a extensa massa de jovens conservadores de direita de Dresden ou Eberswalde¹⁹.

A segunda dificuldade política do projeto habermasiano de constituição de uma "nação" europeia relaciona-se não mais com os problemas para sua implementação, mas, ao contrário, com os riscos representados por seu eventual sucesso. Se de fato constituir-se uma identidade cultural comum entre os europeus, parece inevitável que passem a operar dentro da "comunidade europeia imaginada" os mecanismos de inclusão e exclusão que marcam os grupos vinculados por uma identidade comum. Como mostram autores tão distintos como Benhabib²⁰ e Gilroy, a constituição de identidades coletivas sempre desemboca em algum tipo de essencialização da pertença: "Mesmo nas circunstâncias mais civilizadas, as evidências de traços comuns degeneraram prontamente em emblemas de uma diferença supostamente essencial ou imutável"²¹. Isso implica que a constituição de uma identidade cultural europeia e a decorrente formação de um povo europeu — mesmo que esclarecido e plural — dar-se-iam à custa de algum tipo de estabelecimento de fronteiras simbólicas para o reconhecimento de membros e não-membros e da correspondente recusa do igual valor (no limite, humano) dos não-europeus — o outro da relação identitária.

A última dificuldade do projeto habermasiano para a sociedade pós-nacional é de natureza analítico-teórica. A proposta de que uma identidade cultural inclusiva constitua a matriz para uma integração social que, acompanhando os saltos de integração sistêmica assistidos no bojo da globalização, reconstrua nexos normativos e vínculos de pertença societária parece apoiar-se na premissa — ao que tudo indica equivocada — de que valores ético-políticos comuns só podem ser constituídos por aqueles que, não partilhando um mundo da vida comum, se sintam também pertencentes a uma mesma comunidade cultural. Estudando precisamente o espaço público europeu em formação, Klaus Eder mostra a existência empírica de *contextos comunicativos transnacionais* cuja constituição não decorre de mundos da vida compartilhados nem tampouco da pertença abstrata a um povo europeu²². Ainda que a classe trabalhadora e os produtores rurais permaneçam um fenômeno nacional, as classes médias europeias teriam se transnacionalizado: já existe, segundo o autor, uma cultura transnacional de movimentos sociais, de empresários e de jovens que se comunicam por meio da música ou do aprendizado de idiomas na Internet. Também o cotidiano dos turistas, da comunidade científica ou das correntes espiritualistas de corte New Age indica o surgimento de espaços de sociabilidade e de comunicação pós-nacionais. A cristalização de tais contextos comunicativos evidencia fundamentalmente que: i) a legitimidade de instituições políticas transnacionais — pelo menos no que se refere ao caso europeu — "pode ser preenchida com expectativas concretas por parte da sociedade"²³; ii) é falaciosa a idéia de que uma esfera pública influente não pode prescindir de um público vinculado pela crença na

(19) Na prosa bem-recortada de Ulrich Beck ("Globalisierung als Unterscheidungsmerkmal der Zweiten Moderne". *Soziale Welt*, nº 13, 2000, pp. 543 ss), essa obliteração das fronteiras espaciais do social é descrita como um duplo paradoxo entre a proximidade geográfica e a distância social e/ou a distância geográfica e a proximidade social.

(20) Benhabib, Seyla. *Kulturelle Vielfalt und demokratische Gleichheit. Politische Partizipation im Zeitalter der Globalisierung*. Frankfurt/M.: Fischer, 1999.

(21) Gilroy, Paul. *Against race. Imagining political culture beyond the color line*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000, p. 101.

(22) Eder, Klaus. "Zur Transformation nationalstaatlicher Öffentlichkeit in Europa". *Berliner Journal für Soziologie*, nº 2, 2000, pp. 167-184.

(23) Ibidem, p. 174.

existência de algum traço comum intrínseco, anterior à situação comunicativa.

Ainda que não dirija explicitamente sua crítica a Habermas, Eder mostra que a visão da comunidade comunicativa como a de um povo que fala o mesmo idioma representa apenas um caso particular da teoria, mas não um "requisito sistemático" para a comunicação pública. Isto é, o coletivo nacional dotado de uma identidade cultural, ainda que se apresente particularmente bem provido de capital social para a comunicação, representa *apenas uma* das múltiplas teias comunicativas que podem se formar. A comunicação transnacional assume formas diversas e se efetiva em contextos variados: "no lugar da língua nacional aparecem metaforizações polissêmicas do traço comum, novas metanarrativas processadas por meio de conceitos como '*citizenship*', 'comunidade de valores' ou 'sociedade da informação'"²⁴.

(24) Ibidem, p. 178.

Ulrich Beck: reflexividade e cosmopolitização

À primeira vista, a teoria social que vem sendo elaborada pelo sociólogo Ulrich Beck apresenta requisitos que a tornam mais bem equipada para enfrentar os desafios da constelação pós-nacional que outras construções teóricas clássicas ou mesmo contemporâneas. Desde suas primeiras contribuições importantes, que melhor se acomodam no campo da sociologia industrial ou do trabalho que na teoria social *stricto sensu*, Beck confere centralidade à categoria "risco", indicando com ela que boa parte da organização social contemporânea não se encontra orientada para distribuir os dividendos das sociedades industriais, mas para, com pouco êxito, buscar evitar e redistribuir os perigos e ameaças que elas mesmas produzem. Ora, se se considera que "os perigos produzidos civilizatoriamente não são limitáveis nem temporal nem espacialmente", então o autor tem mesmo razão quando afirma que "a sociedade de risco — pensada até suas últimas consequências — diz respeito à sociedade mundial de riscos"²⁵.

Conforme o autor, a partir dos processos de globalização as fronteiras institucionais e político-administrativas estabelecidas com o advento da modernidade — os limites territoriais da nação ou dos governos regionais e locais ou as diferentes esferas voltadas para a implementação de políticas setoriais — não mais corresponderiam ao contexto efetivo em que emergiram, e podem ser buscadas soluções para os problemas característicos de um mundo interconectado e interdependente. As dificuldades das instituições coetâneas à "primeira modernidade" — vale dizer, a ciência, o Estado-nação, a família nuclear, o modo de produção industrial, entre outras — para responder à nova constelação de problemas surgida na modernidade tardia (que Beck denomina "segunda modernidade") produzem dois tipos de efeitos que se complementam. A primeira consequência é que a

(25) Beck, Ulrich. *Weltrisikogesellschaft. Weltöffentlichkeit und globale Subpolitik*. Viena: Picus, 1997, p. 12.

infalibilidade e a inevitabilidade das instituições modernas são colocadas em questão. No vocabulário de Beck, a sociedade moderna torna-se "reflexiva", pensa a si própria não mais como um constructo inevitável e acabado, mas como concretização de uma configuração contingente²⁶, uma possibilidade entre outras. A segunda consequência é a busca e a abertura efetiva de novos espaços para a ação política. Ou seja, uma vez revelados os problemas estruturais das instituições políticas modernas e o caráter provisório e mutável da configuração social concretamente dada, evidenciam-se as potencialidades da ação política desvinculada e "emancipada" das instituições tradicionais. Assim, os limites entre o privado e o político são atenuados: o privado "é cada vez mais concebido como possível e carente de moldagem e não mais no campo *para além* dos interesses públicos; a vida pessoal mesma se torna meio e fim da ação política"²⁷.

Para Beck, o que distingue a primeira da segunda modernidade não é a existência de crises, rupturas e antinomias, nem tampouco a emergência de questões como a globalização, a individualização ou a revolução de gênero, mas a maneira como tais constelações sociais são tratadas. Se na primeira modernidade correspondiam às mudanças sociais possibilidades de acomodação construídas dentro dos marcos institucionais e normativos existentes, na segunda são as próprias categorias por meio das quais as transformações se desenham que precisam ser repensadas: as mudanças não se dariam mais no âmbito da nação ou observando as fronteiras temporais e espaciais entre a tradição e a modernidade, mas precisamente rompendo tais distinções e limites. Desta forma, a modernidade radicalizada, a segunda modernidade, requer a reconstrução dos instrumentos com que as ciências sociais, filhas da primeira modernidade, analisaram tradicionalmente as sociedades e seus processos de mudança. Tomando como foco o estudo dos processos de globalização, Beck demonstra os rumos que a concretização de uma tal inflexão epistemológica das ciências sociais poderia seguir. A análise linear da globalização faria crer que a sociedade mundial corresponde a um mosaico de unidades estabelecidas e integradas territorial, cultural e identitariamente (as sociedades nacionais), submetidas à pressão de forças externas que fazem romper a lógica que organiza tal dinâmica interna. Em contrapartida, Beck sugere que a desterritorialização do social seja tomada em suas últimas consequências, como processo que implodiria de vez as categorias analíticas amparadas nas sociedades nacionais, tomadas pelos limites internos representados pelos laços de cidadania ou pertença cultural e, externamente, pela soberania política. Ao capitalismo global corresponderia uma globalização cultural e política que "suspende a territorialidade como princípio ordenador da sociedade"²⁸.

A obliteração das fronteiras culturais, sociais e econômicas que separam as nações leva à necessidade de se estabelecerem novos termos para tratar das relações entre Ocidente e Oriente. Nesse contexto, segundo Beck, as sociedades ocidentais perdem o monopólio que lhes foi historicamente conferido para definir a modernidade e para constituir-se ao mesmo tempo como padrão empírico da condição moderna.

(26) A rigor, o vocabulário da contingência, diferentemente do que se dá com Luhmann ou Bauman, é pouco explorado por Beck, sendo utilizado aqui de maneira mais ou menos arbitrária para efeito de clareza nessa brevíssima exposição de algumas das idéias do autor.

(27) Hitzler, Ronald. "Die Wiederentdeckung der Handlungspotentiale — Problemstellungen politischer Soziologie unter den Bedingungen reflexiver Modernisierung". *Zeitschrift für Politik*, nº 2, 2000, p. 191, grifo no original.

(28) Beck, "Globalisierung als Unterscheidungsmerkmal...", loc. cit., pp. 540 ss.

*No paradigma cosmopolita da segunda modernidade, as sociedades não ocidentais compartilham do mesmo horizonte de tempo e espaço que o Ocidente. Ademais, a posição destas como "províncias" da sociedade mundial é derivada dos mesmos desafios colocados pela segunda modernidade, os quais são diferentemente percebidos e processados numa variedade de contextos e locais culturais*²⁹.

(29) Beck, "The cosmopolitan perspective...", loc. cit., p. 88.

Conforme Beck, uma tal mudança de perspectiva das ciências sociais responde a um processo social objetivo denominado "cosmopolitização", que compreende a intensificação dos nexos e vínculos — normativos, culturais, econômicos — entre as diversas partes geográficas e grupos sociais que constituem o mundo contemporâneo. A cosmopolitização não deve ser entendida como processo apenas objetivo, nem como uma transformação linear. À dimensão objetiva da cosmopolitização, traduzida em indicadores diversos, corresponde uma dimensão subjetiva: a perspectiva reflexiva corporificada na percepção social do grau de integração e interdependência do mundo contemporâneo³⁰. Contra uma leitura linear da cosmopolitização interpõem-se as evidências de tratar-se aqui de um

(30) Beck (ibidem, pp. 96 ss) oferece como indicadores da cosmopolitização: transnacionalização da circulação de bens culturais, cidadanias duais, processos migratórios, viagens internacionais, atividades em iniciativas transnacionais, transnacionalização do crime organizado, de estilos de vida, da agenda da mídia, riscos ecológicos globais etc.

*conceito relacional, um processo relacional, no qual as conexões entre as mudanças e os movimentos cosmopolitas, de um lado, e as resistências e os bloqueios desencadeados por eles, de outro, são analisadas conjuntamente. Por isso, cosmopolitização não indica de modo algum "uma" sociedade cosmopolita, mas um relacionamento interativo entre desnacionalização e renacionalização, desetnização e reetnização, deslocalização e realocação na sociedade e na política*³¹.

(31) Ibidem, p. 98.

Permita-se interromper aqui a reconstrução das linhas mestras da perspectiva analítica de Beck para esboçar duas ordens de dificuldades que acompanham sua abordagem: a insuficiente *plausibilidade empírica* de uma segunda modernidade e os *pressupostos normativos* não explicitados da "reflexivização" das sociedades contemporâneas. Para não correr o risco de tornar-se nominalismo arbitrário, a teoria social que indica uma inflexão substantiva na história e o advento de uma nova fase da modernidade tem de apoiar-se em evidências de que categorias fundantes da vida social — por exemplo, a racionalidade hegemônica, o tipo de sociabilidade dominante — vigentes na era anterior deixaram de operar, sendo substituídas por novos traços substantivos. Segundo alguns expoentes da nova geração de cientistas sociais em atividade na Alemanha, faltam tais evidências à postulação de uma segunda modernidade.

O primeiro argumento contra a plausibilidade empírica da segunda modernidade apóia-se na teoria sistêmica, conforme se vê em Schwinn.

Segundo o autor, ao configurar conceitualmente a segunda modernidade, Beck opera com as figuras do pensamento marxiano:

*Enquanto em Marx é o fato de a moldura institucional não acompanhar o desenvolvimento das forças produtivas, em Beck são as contradições entre as situações-problema e as esferas de competência institucional para solucioná-las que conduzem à ruptura de uma era*³².

Com efeito, Beck insiste que os problemas contemporâneos cortam transversalmente as diversas instituições e suas respectivas racionalidades particulares alimentadas pelo processo histórico de diferenciação social. Demandariam por isso soluções com esse mesmo caráter transversal, fundadas em instrumentos e modelos de racionalidade presentes nas diversas esferas da sociedade que se especializou e se diferenciou; daí o sentido de ruptura radical, de inflexão na racionalidade dominante que marcaria a segunda modernidade. O problema percebido por Schwinn, contudo, é que, se a crise das instituições modernas é iniludível, não há qualquer indicação de que o padrão de racionalidade que orientou a criação de tais instituições tenha se esgotado. Isto é, a dificuldade de encontrar soluções para problemas complexos pode dever-se precisamente a um déficit de especialização e de diferenciação social, e não a um excesso. Nesse caso, aquilo que Beck indica como particular, idiossincrático, traço inconfundível de uma nova modernidade, simplesmente não existe empiricamente. Trata-se, ao contrário, de um insuficiente aprofundamento do padrão de modernidade vigente pelo menos desde o século XIX³³.

O segundo argumento contra a plausibilidade empírica de uma segunda modernidade está associado à perspectiva analítica pós-colonialista, que será tratada com algum detalhe na próxima seção. Tal crítica, espelhada aqui nas formulações de Randeria³⁴, tem como premissa a idéia de que a modernidade é um fenômeno espacial e socialmente abrangente que, mesmo apresentando níveis, modelos e graus distintos, envolve o conjunto das sociedades contemporâneas. Ou seja, não se pode, por meio da idéia de modernização, transportar as diferenças espaciais para um eixo temporal, como faz por exemplo a sociologia do desenvolvimento ao transformar os diferentes padrões societários encontráveis nas diversas partes do globo num *gap* de tempo interposto entre os 4/5 de "subdesenvolvidos" e o 1/5 de "desenvolvidos" da humanidade³⁵. O que Randeria mostra é que, se se toma devidamente a sério uma leitura plural da modernidade, a idéia de uma segunda modernidade perde sua especificidade e seu sentido teórico. Afinal, as sociedades "pós-coloniais" sempre foram sociedades de risco, nas quais a garantia das possibilidades de reprodução pessoal e social e a confiança nas instituições modernas nunca constituíram auto-evidências. Nesses contextos, a prudência da dúvida, estratégias pessoais e políticas informais como forma de proteção

(32) Schwinn, Thomas. "Gibt es eine 'zweite Moderne'?" In: Beck, Ulrich e Kieserling, André (orgs.). *Ortsbestimmung der Soziologie: Wie die kommenden Generation Gesellschaftswissenschaften betreiben will*. Baden-Baden: Nomos, 2000, p. 92.

(33) Apoiando-se em Weber, Schwinn (ibidem, p. 93) mostra que a insuficiente diferenciação social e a incompleta especialização funcional é que provocaram historicamente o esfacelamento da hegemonia inglesa. A Revolução Industrial não se fez acompanhar de uma reconfiguração de mesma magnitude nos sistemas de produção científica e formação profissional, tendo a Inglaterra sido superada pelos países que, ao longo do século XIX, conseguiram pôr em movimento uma tal transformação. Nada indica, segundo o autor, que os problemas contemporâneos não possam encontrar soluções adequadas em novas ondas de especialização e diferenciação.

(34) Randeria, Shalini. "Jenseits von Soziologie und soziokultureller Anthropologie: zur Ortsbestimmung der nichtwestlichen Welt in einer zukünftigen Sozialtheorie". In: Beck e Kieserling (orgs.), op. cit., pp. 41-50.

(35) Ibidem, p. 43.

contra os riscos sociais, a fusão de racionalidades múltiplas para responder à falta de recursos especializados foram desde sempre imperativos de sobrevivência.

A objeção referente aos *pressupostos normativos* não explicitados diz respeito diretamente ao caminho apontado por Beck para a construção de uma perspectiva analítica cosmopolita e, mais particularmente, ao modo como se articulam, em sua teoria, riscos globais, percepção de riscos e reflexividade. A afirmação de que o crescimento da interdependência e interpenetração das diversas partes espaciais e funcionais do mundo contemporâneo leva a algum grau de consciência social de tais interconexões, e a uma ação social compatível com tal consciência, contém vários pressupostos implícitos que são teoricamente muito complicados. Com efeito, para que a existência de riscos e processos sociais globais levasse à configuração de uma sociedade mundial de riscos — vale dizer, de uma comunidade mundial politicamente autoconsciente de sua interdependência — seria necessário que os riscos empiricamente dados fossem percebidos cognitivamente como tais, e mais do que isso, que tal conhecimento tivesse peso decisivo na ação dos agentes sociais. Beck, alertado pelas pesquisas da antropologia do risco — anteriores mesmo à sua teoria —, mostra-se cuidadoso ao discutir a passagem da existência empírica dos riscos à sua percepção social e sua influência sobre o comportamento dos agentes sociais. Distingue, então, duas perspectivas teóricas: o realismo e o construtivismo. Para os realistas, a dinâmica global de reprodução do capital torna os riscos sociais e ambientais, na forma como as ciências naturais os identificam, fenômenos concretos, cuja existência objetiva basta para delinear os contornos da sociedade mundial de riscos. Para os construtivistas, tal sociedade só se configura quando atores transnacionais conseguem difundir os requisitos simbólicos e discursivos para que riscos objetivos sejam construídos socialmente como ameaças efetivas. A partir dessa distinção Beck procura, contudo, definir sua própria posição como a de um "realista reflexivo" que se opõe a um construtivismo ingênuo:

*O construtivismo ingênuo ignora a materialidade, os constrangimentos inerentes dos perigos globais [...]. Análises construtivistas, cegas à diferença entre a destruição como acontecimento e o discurso sobre tal acontecimento, podem, numa operação cognitivista, banalizar os perigos. Considerando-se os "elementos cognitivos", desconsidera-se, no limite, que os perigos apresentam efeitos dolorosos, destrutivos e disruptivos e têm, por isso, um significado diabólico-caótico*³⁶.

(36) Beck, *Weltrisikogesellschaft...*, loc. cit., p. 25, grifos no original.

O que salta aos olhos na posição de Beck contra o que chama de construtivismo ingênuo é o fundo moral que a orienta: na verdade, segundo ele, o que importa é que se os riscos globais não forem percebidos a destruição pode tornar-se inevitável. Ao denunciar os problemas políticos

de se ignorar a existência afetiva de ameaças globais, Beck revela virtude cívica mas não oculta uma séria lacuna teórico-metodológica em suas formulações. Sua constatação da *existência empírica* de uma sociedade mundial autoconsciente da interdependência global — a sociedade mundial de riscos — acaba apoiada unicamente no *imperativo moral* de sua existência, isto é, no desfecho trágico que sua inexistência poderia acarretar. Se não se pretende porém afirmar que o dever-ser de uma consciência cosmopolita gera o ser da sociedade mundial de riscos, há que se dar razão àqueles que Beck chama de construtivistas ingênuos. Deve-se buscar a existência de contextos comunicativos transnacionais e mecanismos efetivos de tradução cognitiva e moral intersubjetivamente compartilhados que conformem uma sociedade mundial ciente de sua interdependência. Na ausência de tais processos e interpenetrações, as ameaças globais, por mais agudas que pareçam e por mais "diabólicas" que sejam suas conseqüências, poderão continuar ignoradas³⁷.

Pós-coloniais: pluralidade e hibridismo

Os estudos pós-coloniais não constituem propriamente uma matriz teórica. Trata-se de uma variedade de contribuições com orientações teóricas distintas — algumas mais, outras menos afinadas com a abordagem pós-moderna —, mas que apresentam como característica comum o esforço de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma vigorosa referência epistemológica crítica à modernidade ocidental. Iniciada por aqueles autores qualificados como intelectuais da diáspora negra ou migratória — descendentes dos escravos modernos e/ou imigrantes de países pobres para a Europa Ocidental e os Estados Unidos —, a perspectiva pós-colonial tem como campo inicial de construção a crítica literária — sobretudo na Inglaterra e Estados Unidos — e em seguida expande-se geograficamente e para outras disciplinas, tornando-se os trabalhos de autores como Homi Bhabha e Edward Said ou Stuart Hall e Paul Gilroy referência recorrente em outros países dentro e fora da Europa³⁸.

A abordagem pós-colonial constrói sobre a constatação mais ou menos trivial de que "toda enunciação vem de algum lugar"³⁹ sua crítica ao processo de produção do conhecimento científico que, ao privilegiar modelos e conteúdos próprios àquilo que se definiu como a cultura nacional na Europa, reproduziria, em outros termos, a lógica da relação colonial. As experiências de grupos sociais minoritários, como os migrantes, e os processos de transformação em outras sociedades continuariam sendo tratados a partir de suas relações de funcionalidade, semelhança ou divergência com tais centros. Nesse sentido, o "pós" do pós-colonial não representa um "depois" no sentido cronológico linear: trata-se de uma operação de "reconfiguração de todo o campo discursivo"⁴⁰ no qual as relações hierárquicas são produzidas. Segundo tal perspectiva, em vez de

(37) Em outra passagem fica ainda mais evidente que Beck atribui ao conjunto da sociedade mundial determinada disposição moral, sem identificar claramente sua fonte: "Uma sociedade que se vê como sociedade de risco encontra-se na situação, falando catolicamente, do pecador que reconhecendo seus pecados pelo menos filósofo sobre a possibilidade e a desejabilidade de uma vida em 'melhor' consonância com a natureza e a consciência mundial" (Beck. Ulrich. *Was ist Globalisierung?* Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1997, p. 171). Ora, é evidente que o que constrói o pecado não é o gesto mesmo do pecador, mas seu confronto com um conjunto de princípios anteriormente dado. Similarmente, o que falta a Beck explicitar é a dimensão moral de sua sociedade de riscos, sem o que sua teoria se transforma numa análise objetivista das transformações globais.

(38) Exemplos da recepção brasileira encontram-se, entre outros, em Segato, Rita L. ("Identidades políticas/alteridades históricas: uma crítica a las certezas del pluralismo global". *Manguaré*, nº 14, 1999, pp. 114-147) e mais detalhadamente em Pierucci, Antônio F. (*Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999, cap. 6). Na abordagem desse último autor a crítica pós-colonial aparece como construída a partir da diferença. Sem pretender responder num fácil jogo de palavras às indagações — todas elas estimulantes e desafiadoras — apresentadas por Pierucci, a sugestão que se coloca é a de tratar a perspectiva pós-colonial como fundada não na diferença, mas na crítica da identidade como semelhança. Ou seja, o problema não seria a diferença, mas a construção da identidade. Nesse caso, no lugar de "ciladas da diferença" ter-se-ia "ciladas da identidade".

(39) Hall, Stuart. "The local and the global. Globalisation and ethnicity". In: McClintock, Anne e outros (orgs.). *Dangerous liaisons. Gender, nation and postcolonial perspectives*. Minneapolis: Univ. of Minnesota, 1997, p. 185.

(40) Bronfen, Elizabeth e outros (orgs.). *Hybride Kulturen. Beiträge zur anglo-amerikanischen Multikulturalismusbefragung*. Tübingen: Stauffenburg, 1997, p. 8.

discutir os enunciados há que se indicar, primeiro, a contextualidade, o lugar de onde provêm as enunciações.

A idéia de nação — na medida em que esta se revela o lugar cultural de enunciação mais importante, a peça discursiva fundamental na construção das relações de dominação e a fronteira identitária nevrálgica que permite estabelecer as hierarquias entre colonizadores e colonizados, membros (nacionais) e não-membros (estranhos, estrangeiros) — coloca-se no centro dos interesses de investigação do pós-colonialismo. Em seu exercício desconstrutivista, os estudos pós-coloniais mostram como o processo de construção da nação se desenvolve no campo narrativo, assente na tensão entre uma estratégia pedagógica e outra performativa. A ação pedagógica toma o povo como *objeto* dos discursos nacionais que reafirmam a origem comum e os laços essenciais que unem os "compatriotas". Por meio da ação performativa promove-se a permanente reinterpretação dos símbolos nacionais, que faz do povo *sujeito* da reposição viva e permanente do desígnio comum. Essa dupla operação discursiva confere realidade à comunidade nacional imaginada, estabelecendo ao mesmo tempo seu ser e seu provir, a essência que a ela vincula um povo, uma cultura e um território assim como o movimento, a transformação⁴¹.

Em contraposição à nação, enquanto lugar de enunciação de relações assimétricas e de dominação, bem como a outras construções identitárias homogeneizadoras, coloca-se a idéia de hibridismo. Hibridismo aqui é mais que uma categoria empírica que descreve a forma da cultura num mundo de interseções e interpenetrações culturais. Trata-se, na verdade, de uma "metaconstrução teórica"⁴² que remete simultaneamente a: i) uma dimensão epistemológica, ao indicar certa contextualidade de onde partem as enunciações; ii) uma dimensão heurística, como chave analítica para a compreensão dos processos culturais contemporâneos; iii) uma dimensão política, como um apelo subversivo, referência para uma política que rompa com os essencialismos padronizadores⁴³.

Na operação conceitual operada por Bhabha, a idéia de hibridismo ou hibrididade é desenvolvida a partir da distinção de que trata a teoria literária de Bakhtin entre uma involuntária "mistura de duas linguagens sociais dentro de uma mesma afirmação" e a "confrontação dialógica" de duas linguagens na forma de uma "hibrididade intencional". É essa forma intencional da mistura cultural que Bhabha "transforma teoricamente num momento ativo de resistência à dominação colonial"⁴⁴. Ao revelar o traço híbrido de toda construção cultural, Bhabha busca desmontar a possibilidade de um lugar de enunciação homogêneo: qualquer lugar da enunciação é, de saída, um lugar cingido, heterogêneo, de modo que a pretensão de homogeneidade é arbitrariamente hierarquizadora. Assim, a hibrididade torna-se também a condição do observador que percebe o mundo de um lugar fora do contexto espacial e simbólico da comunidade imaginada. Transforma-se em "expressão da experiência contraditória"⁴⁵ de quem vive fora da comunidade ou em muitas delas ao mesmo tempo. Na óptica do pós-colonialismo, tal condição contraditória caracteriza as biografias contempo-

(41) Bhabha, op. cit., p. 297.

(42) Werbner, Pnina. "Introduction: The dialectics of cultural hybridity". In: Werbner, Pnina e Modood, Tariq (orgs.). *Debating cultural hybridity. Multi-cultural identities and the politics of anti-racism*. Londres/Nova Jersey: Zed Books, 1997, p. 1.

(43) A importância atribuída ao hibridismo como pressuposto da resistência política à dominação é um dos elementos que distinguem o conceito de hibridismo utilizado pelos estudos pós-coloniais da expressão "culturas híbridas", cunhada mais ou menos simultaneamente por Nestor García Canclini em relação à América Latina (cf. *Culturas híbridas. Estratégias para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijalbo, 1990). Para Canclini, o que caracteriza o hibridismo contemporâneo na América Latina é a ausência de sentido político: se historicamente a combinação cultural sempre foi utilizada para a legitimação da dominação ou com fins emancipatórios, hoje o hibridismo é apenas uma mistura alegorizada e desordenada, expressão antes estética que política. Outra distinção importante entre os estudos pós-coloniais e a contribuição de Canclini encontra-se no grau de elaboração teórica, mais destacado nos estudos pós-coloniais.

(44) Grimm, Sabine. "Postkoloniale Kritik. Edward Said, Gayatri C. Spivak, H. Bhabha". *Die Beute*, nº 14, 1997, p. 53.

(45) Küster, Sybille. "Wessen Postmoderne? Facetten postkolonialer Kritik". In: Knapp, Gudrun-Axeli (org.). *Kurskorrekturen: Feminismus zwischen kritischer Theorie und Postmoderne*. Frankfurt/M.: Campus, 1998, p. 202.

râneas e encontra na figura do migrante "pós-colonial" sua representação emblemática. A condição híbrida seria ainda a marca característica da perspectiva cosmopolita contemporânea, em oposição ao cosmopolita do advento da modernidade, que busca ver o mundo a partir de um olhar universalista. Os cosmopolitas contemporâneos "identificam-se a si próprios como abarcados pela variedade do mundo e suas subseqüentes misturas"⁴⁶.

A pergunta — a essa altura muito justificada — que o leitor já deve ter feito é sobre as conseqüências para as ciências sociais dessa complicada crítica pós-colonial ao eurocentrismo, uma vez que nas ciências sociais existem, pelo menos desde Foucault, críticas igualmente contundentes às formas estabelecidas de produção do conhecimento científico. Mesmo no campo restrito da sociologia, a advertência contra a excessiva ocidentalização das análises das sociedades contemporâneas já estava presente desde o final dos anos 1980 em autores que tratam da dinâmica cultural da globalização, como M. Albrow, R. Robertson ou A. Appadurai⁴⁷. Os estudos pós-coloniais trazem, contudo, uma radicalidade nova: para além de problematizar as interpretações das sociedades contemporâneas, eles disparam contra o lugar mesmo do qual as enunciações são feitas, construindo, ao mesmo tempo, uma perspectiva crítica amparada societalmente. Isto é, a perspectiva pós-colonial remete a um contexto na tessitura social no qual a crítica se ancora, qual seja, a hibridicidade pós-colonial.

Vistos sob essa lente, os processos sociais que caracterizam a constelação pós-nacional ganham uma nova dimensão. A crítica contida nos estudos da globalização cultural dizia respeito ao entrelaçamento do mundo contemporâneo, mostrando que a relação entre as sociedades industrializadas e aquilo que um dia se chamou Terceiro Mundo não era unilateral nem conduzia à ocidentalização inequívoca das sociedades humanas. Indicava, portanto, que à globalização correspondia uma localização e à ocidentalização do Oriente uma orientalização do Ocidente. A crítica pós-colonial vai além disso: ela mostra que as próprias categorias fundantes de disciplinas como a sociologia foram construídas de sorte a tornar aquilo que parecia fora da história e da realidade européias o "outro" desprovido de sentido e movimento, tratando "a experiência empírica e teórica da diferença, de forma evolucionista e hierárquica, como pré-estágio do si mesmo [*Selbst*] europeu"⁴⁸. Ao conceder ao "não-Ocidente" um lugar vazio de sociabilidade, um território virgem em processo de civilização, a sociologia, segundo tal crítica, corre o risco de, pela via do colonialismo, tornar-se míope à importância histórica desse suposto "vácuo de sociabilidade" para a constituição da "modernidade ocidental", processo que se verifica tanto no plano material quanto no semântico-simbólico — o não-Ocidente enquanto o outro da modernidade. Além disso, as ciências sociais acabariam tomando por novos e decorrentes da globalização contemporânea processos como "a debilitação da soberania nacional, a informalização e flexibilização do trabalho, a dependência de acontecimentos remotos, a hibridicidade cultural"⁴⁹ — todos eles, na verdade, velhos conhecidos das sociedades (pós-) coloniais.

(46) Friedman, Jonathan. "Global crises, the struggle for cultural identity and intellectual porkbarreling: cosmopolitans versus locals, ethnics and nationals in a era of de-regemonisation". In: Werbner e Modood (orgs.), op. cit., p. 74.

(47) Ver Domingues, José Maurício. "Globalização, sociologia e cultura". *Contexto Internacional*, 15(2), 1993, pp. 280 ss.

(48) Randeria, op. cit., p. 42.

(49) Ibidem, p. 45.

Se a construção de uma perspectiva para a análise das sociedades pós-nacionais não pode, ao que parece, deixar de tomar em conta os termos da crítica pós-colonial, o mesmo não se pode dizer de suas categorias analíticas. Para as ciências sociais não bastam, obviamente, metaconceitos como hibridicidade, que apontam para uma certa forma de olhar o mundo ou buscam representar de forma totalizante tendências gerais. As ciências sociais necessitam de ferramentas analíticas focadas em contextos particulares, e mesmo as tendências gerais precisam ter evidenciada sua plausibilidade empírica. Desta forma, não é certamente de pouca relevância para o cientista social conhecer o processo de construção narrativa daquelas idéias que todos tratam como uma entidade, como é o caso da nação, da modernidade etc. Ele não pode, contudo, se dar ao prazer de desconstruir tais objetos discursivamente para depois declará-los como mortos ou inexistentes. Na medida em que trata com construções sociais da realidade, o cientista social obriga-se ao ônus da prova e da demonstração, apoiando-se naquilo que as sociedades produzem material e simbolicamente em nome das "entidades", muito provavelmente fantasmagóricas, que as movimentam.

Indicações para reflexões futuras

Uma síntese teórica que pudesse fundir de maneira minimamente consistente as três propostas de estudo das sociedades pós-nacionais aqui abordadas, ainda que possa ser projetada num horizonte factível, não corresponde propriamente à proposta deste texto. Muito mais modestamente, a idéia que o orientou foi a de explorar os enfoques apresentados e as dificuldades próprias a cada uma das perspectivas como um repertório de possibilidades e riscos analíticos.

Para quem quer se afastar tanto do pós-modernismo quanto do neoliberalismo, a pergunta colocada por Habermas deve continuar um dos eixos orientadores do esforço de análise da constelação pós-nacional, qual seja: como se dá a integração social — o reordenamento no plano societário — das múltiplas forças e dos variados processos postos em movimento pela globalização? Se se nota a ressalva de que a pergunta sugere uma precedência cronológica dos processos funcionais da economia e da política sobre as transformações sociais, que parece não se verificar empiricamente, fica já indicada a direção na qual uma resposta pode ser buscada. Ao que tudo indica, a reacomodação societária dos efeitos da globalização inscreve-se na própria dinâmica desta — não é um desenvolvimento conseqüente, pode ser mesmo precedente, desencadeando formas de integração funcional. O que se quer dizer é que as interações sociais pós-nacionais já existem efetivamente, amparadas nos nexos de contextos comunicativos transnacionais. Tais contextos não podem ser totalizados na forma de uma identidade cultural comum ou de um ator coletivo da comunicação pública mundial.

Tampouco se trata de uma esfera pública mundial mobilizada pela existência de ameaças globais. Fala-se aqui de contextos múltiplos, nos quais trafegam atores igualmente diversos que, mesmo sem partilhar um mundo da vida ou um idioma comuns, podem construir projetos políticos, propostas estéticas ou ações públicas conjuntas.

Nesse sentido, a comunidade global de riscos ou os círculos que discutem os termos de uma democracia global constituem — se é que se pode generalizar as constatações e o vocabulário de Eder referidos à situação europeia — casos particulares de comunicação pública, um entre outros contextos comunicativos transnacionais nos quais são tecidas as tramas da sociabilidade pós-nacional. Não se pode estender para as fronteiras transnacionais a expectativa — legítima no âmbito nacional — de que os diferentes processos comunicativos venham a convergir para uma esfera pública política abrangente, capaz de processar todo o conjunto de demandas sociais. Há que se contentar com formas mais frouxas, mas nem por isso pouco efetivas, de constituição da vontade política e que ganham corpo em construções polissêmicas e imprecisas (às metaforizações enumeradas por Eder poder-se-iam acrescentar outras, como desenvolvimento sustentável, *empowerment* etc.).

Metodologicamente, as abordagens tratadas alertam para formas inéditas de "vigilância epistemológica" impostas ao cientista social pela constelação pós-nacional. Mesmo que a interpenetração entre as sociedades ocidentais e o não-Occidente, tratado comumente pelas ciências sociais como categoria residual, seja muito anterior, cronológica e ontologicamente, à globalização contemporânea, é no bojo da globalização que o "resto do mundo" ganha existência teórica efetiva — não mais como o outro da modernidade, mas como parte inseparável e constitutiva dela. Isso significa que disciplinas como a sociologia, se não querem se transformar na história presente de uma sociedade particular nem numa etnografia de um modo específico de sociabilidade ("o moderno"), devem abrir seu repertório de categorias, de sorte a trazer o "outro", o não-Occidente, para dentro de si próprias. Procurou-se mostrar que uma tal abertura epistemológica encontra-se efetivamente em curso.

Assim, lamenta-se o fato de que os cientistas sociais que estudaram e/ou habitaram "o outro" da modernidade tenham, em geral, tratado seus contextos de pesquisa ora como singularidade exótica — representação funcionalmente cooptada para a construção da identidade positiva do Occidente —, ora como desvio, a ser corrigido ao longo do tempo, de uma trajetória inelutável e predefinida. Não fosse assim, a contribuição desses cientistas para a análise das sociedades pós-nacionais seria certamente significativa. Para não concluir com esta nota melancólica, porém, registre-se aqui o alento e o desafio legados pela convicção de que aquilo que um dia foi o "outro" da modernidade persiste como sinal pulsante, para muito além da interpretação — possivelmente equivocada — de sua existência.

Recebido para publicação em
22 de dezembro de 2000.

Sérgio Costa é professor da UFSC e pesquisador do CebRAP, e atualmente leciona na Universidade Livre de Berlim. Publicou nesta revista "Liberais, comunitaristas e as relações raciais no Brasil" (nº 49), em co-autoria com Denilson Werle.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 59, março 2001
pp. 5-22
